



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 005/2022 –

**TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARECHAL
CÂNDIDO RONDON, ATRAVÉS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, E A
ASSOCIAÇÃO RONDONENSE DE BADMINTON,
PARA O FIM NELE INDICADO.**

O **MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.205.814/0001-24, com sede na Rua Espírito Santo n.º 777, Bairro Centro, CEP: 85.960-000, nesta cidade e comarca, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. Marcio Andrei Rauber, portador da Célula de Registro Geral n.º 4.427.623-2 – SSP/PR, e inscrito no CPF sob o n.º 015.432.229-60 e pelo Secretário Municipal de Esporte e Lazer, Sr. Diogo Ricardo Stimer Schneider, portador da Célula de Registro Geral n.º 8709212-7, e inscrito no CPF sob o n.º 007.775.889-78, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e a **ASSOCIAÇÃO RONDONENSE DE BADMINTON**, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.474.242.0001-36, com sede na Rua Colombo, N.º 942, Centro, Marechal Cândido Rondon - PR, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Valtenci Tosta das Neves, portador da Cédula de Registro Geral n.º 57744189, e inscrito no CPF sob o n.º 816.238.109-06, residente e domiciliado na Rua Darlei Bregolli, Centro, Marechal Cândido Rondon - PR, resolvem firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, após homologação do Edital de Chamamento Público n.º 001/2021 e, nos termos da Constituição Federal de 1988, da Lei n.º 5.273/2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei n.º 5.290/2021, de 1º de dezembro de 2021 (Lei Orçamentária Anual), o qual reger-se-á pela Lei Federal n.º 13.019/2014 e pelo Decreto Municipal n.º 62/2017, aplicando-se, ainda, no que couber, as disposições da Resolução n.º 28/2011 (TCE-PR) e IN 61/2011 (TCE-PR), mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Colaboração a execução do **Projeto Esporte Para Todos**, que visa à execução e **implantação de núcleos de formação esportiva nas seguintes modalidades: Badminton – Lote 01 (Esporte Educacional) e Badminton – Lote 02 (Esporte Rendimento)**, credenciado e executado conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A Administração Pública, por força deste Termo de Colaboração, transferirá à Organização da Sociedade Civil recursos financeiros no valor total de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, que correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

Dotação Orçamentária: 02.008 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Função e Subfunção: 0027.0811.0020.2023 - Promover e participar de Competições Oficiais

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 – Contribuições

Fonte de Recursos: 505 – Royalties Tratado Itaipu Binacional e 000 – Recursos Livres.



CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRAPARTIDA

3.1. Não será exigida contrapartida da Organização da Sociedade Civil para esta colaboração, por força da faculdade disposta no art. 35, §1º da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

4.1. O presente Termo de Colaboração terá sua validade iniciada na data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município, expirando sua execução vigência, respectivamente, em **31 de janeiro de 2023 e 02 de março de 2023**, podendo ser alteradas através de Termo Aditivo, por expressa manifestação e anuência das partes, devendo tal interesse ser apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

5.1. O atraso na liberação dos recursos financeiros previstos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, motivado exclusivamente pela Administração Pública, ensejará a prorrogação de ofício, em prazo correspondente ao período do atraso, limitado ao período do atraso verificado.

5.2. A prorrogação de ofício, de que trata o item 5.1, dar-se-á por meio de apostilamento e deverá ser efetivada na vigência do Termo de Colaboração, assegurada a publicidade através da publicação de extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Compete à Administração Pública:

6.1.1. Proceder à liberação de recursos financeiros obedecendo o cronograma de desembolso estabelecido no plano de trabalho aprovado e assinado, observando a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;

6.1.2. Exigir, por ocasião de cada repasse financeiro à Organização da Sociedade Civil, apresentação dos seguintes documentos, atualizados:

6.1.2.1. Certidão liberatória do TCE-PR;

6.1.2.2. Certidão liberatória do Município;

6.1.2.3. Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de outubro de 2014);

6.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

6.1.2.5. Certificado de Regularidade do FGTS fornecida pela Caixa Econômica Federal atualizada;

6.1.2.6. Certidão de Débitos Estaduais;

6.1.2.7. Certidão de Débitos Municipais;

6.1.3. Certificar-se de que a Organização da Sociedade Civil está adimplente em relação à prestação de contas de recursos recebidos do Município;

6.1.4. Transferir ou assumir a responsabilidade pelo Termo de Colaboração, no caso de paralisação ou fato relevante que venha a ocorrer, com o fim de evitar a descontinuidade dos serviços;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
ESTADO DO PARANÁ

6.1.5. Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as metas a serem executadas pela Organização da Sociedade Civil, zelando pelo cumprimento de todas as suas Cláusulas, através de procedimentos que visem a prevenção de incorreções, com fixação de prazos e oportunidades para regularização pela entidade, conforme constante do Decreto Municipal n. 62, de 17 de março de 2017;

6.1.6. Fixar e dar ciência à Organização da Sociedade Civil dos procedimentos técnicos e operacionais que regem a execução do objeto deste instrumento, apoiando a execução dos mesmos e prestando a necessária assistência à organização;

6.1.7. Monitorar e avaliar a execução e alcance dos resultados das parcerias, através da Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pela Portaria nº 173/2021, de 12 de fevereiro de 2021;

6.2. Compete à Organização da Sociedade Civil:

6.2.1. Realizar a execução física do objeto pactuado, observadas as condições estabelecidas no Plano de Trabalho;

6.2.2. Comprovar a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;

6.2.3. Sob a orientação da Administração Pública, gerenciar e coordenar, com a participação da comunidade, as ações concernentes ao objeto do presente Instrumento;

6.2.4. Apresentar, por ocasião de cada repasse financeiro à Administração Pública, os documentos mencionados no item 6.1.2. deste contrato;

6.2.5. Observar durante a contratação e aquisição de bens e serviços necessários à execução do Termo de Colaboração, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, naquilo que lhe for cabível;

6.2.6. Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de 3 orçamentos), na forma da legislação vigente;

6.2.7. Realizar, mediante documento, a cotação de preços prevista no item anterior, contendo, no mínimo:

6.2.7.1. Especificações do bem ou serviço a ser adquirido;

6.2.7.2. Quantidades a serem adquiridas, preço unitário e total;

6.2.7.3. Prazo e demais condições para entrega-recebimento;

6.2.7.4. Os orçamentos deverão ser elaborados em papel timbrado da empresa, contendo as informações do CNPJ, endereço, com identificação e assinatura do responsável ou representante legal;

6.2.8. Realizar as aquisições e contratações de bens e serviços necessários à execução do objeto pactuado, com observância aos princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade;

6.2.9. Apresentar os documentos de liquidação das despesas, em conformidade com as regras da Lei 13.019 de 2014, bem como das resoluções e instruções normativas do TCE-PR mencionadas neste contrato ou que venham a ser expedidas.

6.2.10. Encaminhar à Administração Pública os seguintes documentos:

6.2.10.1. Relatório de Execução Física do Objeto, demonstrando o andamento da execução da finalidade, a cada 60 (sessenta) dias, contados do início da vigência da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
ESTADO DO PARANÁ

colaboração, respeitando o prazo de envio do Termo de Encerramento da Execução do Objeto;

6.2.10.2. Termo de Encerramento da Execução do Objeto até 30 (trinta) dias após o término da vigência do instrumento;

6.2.11. Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução deste Termo de Colaboração, inclusive os trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, dentre outros;

6.2.12. Manter arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste instrumento, durante 5 (cinco) anos;

6.2.13. Propiciar ao gestor da parceria, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, aos técnicos credenciados pela Administração Pública, bem como aos integrantes dos órgãos de fiscalização todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, à supervisão, ao controle e à fiscalização da execução desta colaboração;

6.2.14. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste instrumento, para fins de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

6.2.15. Manter os recursos repassados em conta específica do termo de colaboração, somente podendo movimentá-los nos casos expressamente previstos neste instrumento e na legislação aplicada;

6.2.16. Divulgar em seu sítio oficial e em local visível as parcerias com a Administração Pública, nos termos do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014;

6.2.17. Adotar todas as medidas necessárias ao bom desempenho da execução deste Termo de Colaboração, zelando pelo funcionamento e manutenção do material permanente e das instalações físicas, não permitindo o uso indevido dos equipamentos por pessoas estranhas e responsabilizando-se pela permanência dos mesmos no local;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

7.1. A liberação de recursos financeiros será realizada em conta bancária específica aberta em instituição financeira pública conforme determinado pelo Município, devendo obedecer ao cronograma de desembolso do Plano de Trabalho e estando condicionada ao atendimento pela Organização da Sociedade Civil e pelo interveniente, quando este assumir a execução do objeto, dos seguintes requisitos:

7.1.1. Regularidade cadastral;

7.1.2. Situação de adimplência;

CLÁUSULA OITAVA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

8.1. O pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho deve ser realizado durante a vigência do instrumento e está condicionado à liquidação da despesa pela Organização da Sociedade Civil, mediante comprovação da execução do objeto;

8.2. A movimentação dos recursos da conta específica do Termo de Colaboração será efetuada, exclusivamente, por meio de Ordem Bancária de Transferência – OBT, por meio de sistema informatizado próprio;



8.3. A movimentação de recursos prevista no item 8.2 deverá ser comprovada à Administração Pública mediante a apresentação de extrato bancário da conta específica do instrumento e comprovante de recolhimento dos saldos remanescentes, até 30 (trinta) dias após o término da vigência do mesmo;

CLÁUSULA NONA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO MERCADO FINANCEIRO

9.1. A aplicação no mercado financeiro dos recursos somente poderá ocorrer em caderneta de poupança ou em fundos de aplicação lastreados em títulos públicos, na mesma instituição bancária da conta específica da colaboração;

9.2. Os rendimentos das aplicações financeiras poderão ser aplicados na execução do objeto do instrumento mediante prévia alteração do plano de trabalho, formalizada por meio de celebração de Termo Aditivo, nos termos do Art. 49, Parágrafo Único e 53 do Decreto n.º 62/2017;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

10.1. O ressarcimento de valores compreende a devolução:

10.1.1. De saldo remanescente, após o término da vigência ou diante da rescisão do Termo de Colaboração;

10.1.2. Decorrente de glosa efetuada pelo acompanhamento ou pela fiscalização durante a execução do instrumento;

10.1.3. Decorrente de glosa efetuada quando da análise da prestação de contas.

10.2. A devolução de saldo remanescente de que trata o item 10.1.1 deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da vigência ou rescisão da colaboração, mediante recolhimento ao Tesouro Municipal e à conta da Organização da Sociedade Civil, observada a proporcionalidade dos recursos financeiros transferidos e da contrapartida financeira, se houver, incluídos os valores provenientes de receitas obtidas em aplicações financeiras não utilizadas na execução do objeto do instrumento.

10.3. A devolução decorrente de glosas de que trata o item 10.1.2 deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento pela Organização da Sociedade Civil da notificação encaminhada pela Administração Pública, por meio de depósito bancário na conta específica da colaboração;

10.4. A devolução decorrente de glosas de que trata o item 10.1.3, deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento pela Organização da Sociedade Civil da notificação encaminhada pela Administração Pública, mediante recolhimento ao Tesouro Estadual, por meio de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, observada a proporcionalidade dos recursos financeiros transferidos e da contrapartida financeira, se houver, nos termos do Art. 33, inciso II, da Lei Complementar n.º 119/2012;

10.5. O valor das glosas de que tratam os itens 10.1.2 e 10.1.3 deverá ser devolvido atualizado monetariamente pelo INPC;



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1. A prestação de contas do presente Termo de Colaboração deverá seguir o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e no que regulamenta o Decreto nº 062/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE DOS BENS REMANESCENTES

12.1. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério da Administração Pública, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade da finalidade pactuada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO

13.1. Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representante da Administração Pública, ficando designada como gestor do presente instrumento, **LUIS FERNANDO KUBISKI**, inscrito no CPF sob o n.º 044.834.439-41 e na Matrícula Funcional n.º 32229488, ao qual compete:

13.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, agindo de forma precipuamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, tendo as atribuições e responsabilidades definidas neste Decreto, sem prejuízo de outras estabelecidas em normas específicas;

13.1.2. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que deverão ser adotadas para sanar os problemas detectados;

13.1.3. Indicar a necessidade de disponibilização de materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

13.1.4. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, para análise sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo;

13.1.5. Emitir parecer técnico anual da prestação de contas do período transcorrido dentro do exercício financeiro, caso se tratar de parceria cujo prazo de execução ultrapasse tal período.

13.1.6. Quantificar e glosar, no prazo de 15 (quinze) dias, os valores correspondentes às irregularidades ou pendências não saneadas pela organização da sociedade civil;

13.1.7. Indicar a notificação da organização da sociedade civil para ressarcimento do valor glosado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação;

13.1.8. Registrar a inadimplência da Organização da Sociedade Civil e dar ciência ao ordenador de despesa com vistas à rescisão da colaboração e à instauração da Tomada de Contas Especial, findo o prazo para ressarcimento do valor glosado;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
ESTADO DO PARANÁ

13.2. O acompanhamento da execução será realizado tendo como base o Plano de Trabalho e o correspondente cronograma de execução do objeto e de desembolso de recursos financeiros;

13.3. O gestor poderá solicitar esclarecimentos acerca de quaisquer indícios de irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem financeira, técnica ou legal;

13.4. Diante de quaisquer irregularidades na execução do Termo de Colaboração, decorrentes do uso inadequado dos recursos ou de pendências de ordem técnica, o gestor suspenderá a liberação dos recursos financeiros e o pagamento de despesas do respectivo instrumento e notificará a Organização da Sociedade Civil para adoção das medidas saneadoras, fixando-lhe prazo de 10 (dez) dias.

13.5. Caso não haja o saneamento da pendência no prazo fixado, o Secretário da pasta ou Procurador-Geral deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma vez por igual período:

13.5.1. quantificar e glosar o valor correspondente à pendência;

13.5.2. notificar a organização da sociedade civil para ressarcimento do valor glosado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação;

13.6. O não atendimento pela Organização da Sociedade Civil do disposto no item 13.5.2 ensejará a rescisão do instrumento, a inadimplência e a instauração de Tomada de Contas Especial;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A Organização da Sociedade Civil que não executar total ou parcialmente o Termo de Colaboração, estará sujeita cumulativamente às seguintes sanções por parte da Administração Pública, garantida a prévia defesa:

14.1.1. Advertência;

14.1.2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos da Administração Municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.1.3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 14.1.2.

14.1.4. Rescisão do Termo de Colaboração;

14.2. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. É facultada a rescisão deste instrumento por acordo entre as partes, a qualquer tempo e, unilateralmente, pela Administração Pública no caso de inadimplemento de qualquer das cláusulas do instrumento, em ambos os casos mediante notificação escrita,



com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, imputando-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. O presente instrumento poderá ser alterado, mediante justificativa prévia, por interesse comum das partes, durante a sua vigência, vedada a alteração do objeto pactuado que venha prejudicar a sua funcionalidade (art. 53 do Decreto Municipal 62 de 2017);

16.2. Para a celebração de aditivos de valor será exigida a regularidade cadastral e a adimplência da Organização da Sociedade Civil;

16.3. A alteração, de que trata o item 16.1, será formalizada por meio de termo aditivo, assegurada a publicidade no sítio oficial do Município e no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOEM);

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

17.1. Caberá à Administração Pública realizar a publicação deste Termo de Colaboração no Diário Oficial Eletrônico do Município, atendendo ao disposto na Lei Federal n.º 13.019/2014 e no Decreto Municipal n. 62, de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS VEDAÇÕES

18.1. É vedada a utilização de recursos transferidos para a execução de objeto diverso do pactuado e para pagamento de despesas com:

18.1.1. Taxa de administração, de gerência ou similar, salvo situações específicas previstas em regulamento;

18.1.2. Remuneração, a qualquer título, a servidor da Administração Pública, da Organização da Sociedade Civil e do interveniente, por serviços de consultoria, assistência técnica, gratificação ou qualquer espécie de remuneração adicional;

18.1.3. Multas, juros ou correção monetária, referente a pagamentos e recolhimentos fora dos prazos, exceto quando decorrer de atraso na liberação de recursos financeiros, motivado exclusivamente pela Administração Pública;

18.1.4. Clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres, cujos dirigentes ou controladores sejam agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau do gestor do órgão responsável para celebração da colaboração;

18.1.5. Publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, relacionadas com o objeto do instrumento, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores da Administração Pública, da Organização da Sociedade Civil e do interveniente;

18.1.6. É vedado o pagamento de despesas referentes a ações executadas antes ou após a vigência do Termo de Colaboração, podendo o pagamento ser realizado, excepcionalmente, após a vigência do instrumento desde que a execução tenha se dado



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
ESTADO DO PARANÁ

durante a vigência do mesmo, observados o limite do saldo remanescente e o prazo estabelecido para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste termo, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, as partes elegem o Foro de Marechal Cândido Rondon – PR.

E, por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, em 25 de março de 2022.


DIOGO RICARDO STIMER SCHNEIDER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer


MARCIO ANDREI RAUBER
Prefeito


VALTENCI TOSTA DAS NEVES
Presidente da Associação Rondonense de
Badminton - ARBAD

GESTOR DA PARCERIA:


LUIS FERNANDO KUBISKI
Profissional de Educação Física
CPF nº 044.834.439-41
Portaria nº 285/2022

TESTEMUNHAS:


MARCELO SILVEIRA PORTELA
Sec. Mun. de Administração
CPF nº 721.693.460-15


CARMELINDO DARONCH
Sec. Mun. de Fazenda
CPF nº 408.121.469-72



ASSOCIAÇÃO RONDONENSE DE BADMINTON – ARBAD

Rua Colombo nº 942 – Centro – Fone: 45 9 9962-4124

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

CEP 85960-000 – CNPJ nº 28.474.242/0001-36

e-mail: arbadmarechal@outlook.com

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 4.546, de 28-05-2013

771



Plano de Trabalho

PLANO DE TRABALHO “PROJETO ESPORTE PARA TODOS” – BADMINTON

PROJETO DE INICIAÇÃO E RENDIMENTO ESPORTIVO DE BADMINTON

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/2021

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2021

**ASSOCIAÇÃO RONDONENSE DE BADMINTON – ARBAD**

Rua Colombo nº 942 – Centro – Fone: 45 9 9962-4124

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

CEP 85960-000 – CNPJ nº 28.474.242/0001-36

e-mail: arbadmarechal@outlook.com

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 4.546, de 28-05-2013

772

1 – DADOS CADASTRAIS

1.1 - DA ORGANIZAÇÃO		
Nome da entidade: Associação Rondonense de Badminton – ARBAD		CNPJ: 28.474.242/0001-36
Rua Colombo, 942	Bairro Centro	Cidade Marechal Cândido Rondon
Complemento	Estado PR	CEP 85960-000
Telefone	Celular 45 99824-7242	E-mail arbadmarechal@outlook.com
1.2 – DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO		
Nome completo: Valtenci Tosta das Neves		
CPF nº 816.238.109-06		RG nº 57744189 SSP/PR
Rua: Darlei Bregolli	Bairro: Centro	Cidade: Marechal Cândido Rondon
Complemento:	Estado: Paraná	CEP: 85960-000
Telefone:	Celular: 45 99974-0007	E-mail:
Cargo: Presidente		
Eleito em 06/06/2021		Vencimento do Mandato: 05/06/2023
1.3 – DADOS BANCÁRIOS (conta corrente específica para o projeto)		
Banco: Em processo de abertura.	Agência:	Nº da Conta:
1.4 DIRETORIA		
Nome completo: Valtenci Tosta das Neves		Cargo: Presidente
Nome completo: Carolina Emanuela Lamb		Cargo: Tesoureira
Nome completo: Gabriela Simone Harnish		Cargo: Secretária
1.5 CORPO TÉCNICO		
Nome completo: Oldemar Mazzardo Jr		Cargo: Coordenador
Nome completo: Gabriela Simone Harnish		Cargo: Coordenadora
Nome completo: Ronaldo Adriano Schwaab		Cargo: Professor
Nome completo: Alan Luiz Chapla		Cargo: Professor
Nome completo: Maria Eduarda de Lima Koakovski		Cargo: Estagiária
Nome completo: Rosineide Soares Corral		Cargo: Estagiária
Nome completo: Táciia Hubner		Cargo: Estagiária
1.6 CONSELHO FISCAL		
Nome completo: Ângela Maria Gempka		Cargo: Conselheiro Fiscal 1
Nome completo: Dirce Maria Bruinsma Bach		Cargo: Conselheiro Fiscal 2
Nome completo:		Cargo:
Nome completo:		Cargo:



ASSOCIAÇÃO RONDONENSE DE BADMINTON – ARBAD

Rua Colombo nº 942 – Centro – Fone: 45 9 9962-4124

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

CEP 85960-000 – CNPJ nº 28.474.242/0001-36

e-mail: arbadmarechal@outlook.com

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 4.546, de 28-05-2013

773

2 – DO PROJETO

2.1 – OBJETIVO GERAL

Pretendemos interligar projetos já existentes e oportunizar a continuidade da prática esportiva aos escolares e comunidade em geral, promovendo assim a continuidade do Projeto “Badminton na Escola”, o qual é desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação e foi iniciado em meados do ano de 2019, o qual visa atender alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Visamos a democratização e acesso à uma prática esportiva diferenciada, com instrução de qualidade, reduzindo assim o tempo ocioso dos escolares. O objetivo principal é desenvolver talentos esportivos no badminton e valores humanos.

2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos a serem alcançados são:

- Proporcionar aumento na prática de atividade física dos alunos participantes do projeto, reduzindo prevalências de sedentarismo, promovendo melhoria na qualidade de vida e prevenção de doenças das crianças atendidas;
- Capacitar os alunos para participação em atividades físicas melhorando seu nível de coordenação em habilidades motoras, sua percepção de competência motora e autoestima;
- Contribuir pelos ensinamentos do esporte com o desenvolvimento sócio cooperativo para com a comunidade;
- Melhorar as funções cognitivas e executivas das crianças e adolescentes, que refletem em tomadas de decisão e desempenho acadêmico
- Reduzir o potencial de exposição das crianças a comportamentos de risco à saúde, aos perigos das drogas e da marginalização;
- Desenvolver a socialização com seus pares contribuindo para a formação integral do indivíduo;
- Proporcionar aos atletas a participação em competições municipais, regionais, estaduais e nacionais.

3.3 – JUSTIFICATIVA

A participação em atividades físicas, principalmente em intensidade moderada e vigorosa, tem estreita relação com prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. O hábito da prática em atividade física é construído e consolidado nas primeiras duas décadas de vida, por isto, promover participação de escolares em atividades que fomentem participação esportiva é uma estratégia de saúde pública. Há muitas razões que ditam o grau de engajamento na prática esportiva, mas para o público infantil, os principais fatores de aderência à prática são a motivação e a ludicidade.

O Badminton é um esporte que, recentemente, foi introduzido como prática de contraturno em alguns colégios da cidade de Marechal Cândido Rondon e vem ganhando popularidade desde então por ser de fácil aprendizado e incorporar as características supracitadas. O Badminton oferece uma sensação de satisfação desde os primeiros momentos, uma vez que desde o princípio consegue-se manter a peteca em jogo sem muito conhecimento técnico, sendo um esporte olímpico com a categoria mista (masculino e feminino). Outro fator importante a ser ressaltado é a questão ética que envolve o esporte. É um esporte que preza pela lisura, cordialidade



ASSOCIAÇÃO RONDONENSE DE BADMINTON – ARBAD

Rua Colombo nº 942 – Centro – Fone: 45 9 9962-4124

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

CEP 85960-000 – CNPJ nº 28.474.242/0001-36

e-mail: arbadmarechal@outlook.com

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 4.546, de 28-05-2013

e honestidade de seus praticantes. Hoje, o Badminton é desenvolvido em oito polos de aula/treinamento, sendo as Escolas Municipais Antônio Rochemback, Bento Munhoz e Jean Piaget, os Colégios Estaduais Eron Domingues e Paulo Freire e os Colégios particulares Cristo Rei e Martin Luther, estimamos em nossa cidade em torno de 300 praticantes.

Uma das características que torna o badminton rico para o desenvolvimento motor infantil é que este esporte tem como principal fundamento a coordenação visomotora, que se refere a habilidade de acompanhar um objeto em movimento e interceptá-lo. Esta habilidade é uma das mais utilizadas na prática deste e de vários outros esportes, portanto, precisa ser desenvolvida e aprimorada. Gallahue et al. (2013) destaca que aos 5 anos de idade, as crianças estão em fase de desenvolvimento das habilidades óculo manuais, mas somente em torno dos 7 anos atingem a maturação cognitiva suficiente para desempenhar estes movimentos com maior qualidade e precisão. Ademais, a literatura do esporte sugere que a idade ideal para iniciação esportiva para a maioria dos esportes varia entre 8 e 10 anos de idade. A iniciação esportiva, quando realizada com os devidos cuidados, precisa respeitar estas faixas etárias para garantir um adequado desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e psicológico.

Portanto, esperamos por intermédio deste Projeto, contribuir com a integração e a socialização dos seus praticantes, possibilitando que pessoas com as mais diferentes características físicas pratiquem um esporte olímpico. Colaborando assim, para a formação de indivíduos preparados para a vida pessoal e profissional, capazes e aptos para contribuir ativa e positivamente nas mudanças sócio comunitárias e na formação de uma sociedade mais justa, ética e digna.

2.4 – PÚBLICO ALVO / BENEFICIÁRIOS

O presente projeto será desenvolvido pela Associação Rondonense de Badminton – ARBAD, e tem como objetivo promover a iniciação e formação de atletas por meio da prática esportiva, visando atender crianças, adolescentes e adultos. No projeto serão atendidos aproximadamente 80 alunos de iniciação e 20 alunos de rendimento via Secretaria de esportes – SMEL, e aproximadamente 100 alunos de iniciação com contrapartida da ARBAD. A faixa etária dos alunos atendidos será entre 08 e 50 anos de idade, que vivenciarão a iniciação e a prática esportiva do Badminton. Deste grupo de alunos serão selecionados alguns alunos que integrarão o grupo de rendimento, o qual será desenvolvido dentro do Complexo Poliesportivo da Uniãoeste. O público-alvo são alunos matriculados nos Colégios já citados, além de escolas municipais próximas, pais/responsáveis e público em geral que residem nos arredores destes locais. As aulas serão desenvolvidas duas vezes por semana com duração de 1h30min para as crianças, adolescentes e adultos em todos os Colégios citados (Eron Domingues, Paulo Freire, Cristo Rei, Martin Luther) e quatro vezes por semana na Universidade Estadual do Oeste do Paraná com duração de 2h00 cada aula. A carga horária total semanal envolvendo todos os cinco locais de treinamento será de 20h00min. As aulas/treinamentos serão desenvolvidas e ministradas por professores de Educação Física formados e com experiência didática no Badminton, além de alunos voluntários dos Cursos de Educação Física da UNIOESTE.

2.5 – ÁREA DE ABRANGENCIA

A área de abrangência se dará nas proximidades dos Colégios já citados, além de escolas municipais próximas, pais/responsáveis e público em geral que residem nos arredores destes locais. As aulas/ treinamentos acontecerão em cinco polos de treinamento, sendo eles:

- Colégio Estadual Eron Domingues – crianças e adolescentes: Quartas e sextas feiras das 17h30m às 19h00m.



ASSOCIAÇÃO RONDONENSE DE BADMINTON – ARBAD

Rua Colombo nº 942 – Centro – Fone: 45 9 9962-4124

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

CEP 85960-000 – CNPJ nº 28.474.242/0001-36

e-mail: arbadmarechal@outlook.com

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 4.546, de 28-05-2013

775

- Colégio Estadual Paulo Freire - crianças e adolescentes: Quartas e sextas feiras das 17h30m às 19h00m.
- Colégio Martin Luther - crianças e adolescentes: Quartas e sextas feiras das 16h00 às 17h30min.
- Colégio Cristo Rei – crianças, adolescentes e adultos: Terças e quintas feiras das 16h30m às 20h30m.
- Universidade do Oeste do Paraná – Atletas de rendimento: Segunda, quarta, sexta e sábado das 13h30m às 15h30min.

Importante ressaltar que tais horários podem ser alterados devido as condições de cada escola/local de treinamento.

2.6 – METODOLOGIA

O presente projeto será desenvolvido pela Associação Rondonense de Badminton – ARBAD, e tem como objetivo promover a prática esportiva do badminton em crianças, adolescentes e adultos. Todos os alunos dos 6º anos ao ensino médio das escolas serão convidados para participar na atividade. Se os interessados ultrapassarem o número de vagas ofertadas, critérios de seleção serão estabelecidos junto aos diretores da instituição de ensino. No projeto serão atendidos aproximadamente 200 alunos (100 alunos com contrapartida da SMEL e 100 alunos com contrapartida da ARBAD) com faixa etária entre 08 e 50 anos de idade, que vivenciarão a iniciação esportiva do Badminton. Os alunos que se destacarem e demonstrarem potencial poderão vir a ser chamados para integrar o grupo de rendimento, o qual é desenvolvido junto à UNIOESTE em seu complexo Poliesportivo desde meados do ano de 2019.

O Projeto intitulado “Badminton Unioeste” vem ano após ano demonstrando crescente evolução, fazendo com que jovens possam desenvolver ainda mais as suas habilidades no esporte. Recentemente, no ano de 2021 a equipe que vem representando a Cidade de Marechal Cândido Rondon obteve excelentes resultados nas etapas da Copa Oeste (22 medalhas, sendo 08 ouros, 07 pratas e 07 bronzes), nas duas etapas do Circuito Paranaense de Badminton (23, sendo 04 ouros, 12 pratas e 07 bronzes), nos Jogos da Juventude do Paraná conquistando um resultado inédito ficando em 3º Lugar no geral Masculino e ainda trazendo resultados expressivos nos Jogos Escolares Brasileiros (dois 2º lugares, um no simples e outro na dupla masculina). Dessa forma, é de suma importância a ajuda do poder público e privado na manutenção das atividades sociais e de rendimento esportivo.

Todos os locais citados vêm desenvolvendo Projetos de Badminton desde meados de 2017, inicialmente, eram projetos independentes onde cada Colégio desenvolvia o seu. Atualmente, a ARBAD coordena as atividades nos locais, auxiliando ou com manutenção de professores para desenvolvimentos das aulas/treinamentos ou com fornecimento de materiais (petecas, raquetes, redes etc.) para desenvolvimento da prática. A Unioeste disponibiliza espaço e auxílio técnico para o grupo de rendimento, através de um projeto de extensão, que ocorre em parceria com a ARBAD. Como o projeto não dispõe de verbas, atualmente a ARBAD disponibiliza o técnico e fornece os materiais para treinamento.

A metodologia de ensino utilizada na elaboração das aulas/treinamentos de badminton terá por base a apostila de iniciação da Badminton World Federation (BWF). Esportes de raquete são geralmente elitizados e de difícil acesso para a população. Através deste projeto, as crianças das escolas participantes terão a oportunidade de vivenciar uma prática esportiva diferente do usual, ampliando a cultura esportiva com o aprendizado de um esporte olímpico e mundialmente difundido.

A federação mundial de badminton (2011) propõe um método pedagógico para o desenvolvimento do badminton em crianças. Este método destaca que o ensino do badminton deve ser dividido em quatro módulos principais: aulas iniciais, swing,



ASSOCIAÇÃO RONDONENSE DE BADMINTON – ARBAD

Rua Colombo nº 942 – Centro – Fone: 45 9 9962-4124

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

CEP 85960-000 – CNPJ nº 28.474.242/0001-36

e-mail: arbadmarechal@outlook.com

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 4.546, de 28-05-2013

776

lançar e golpear, e aprender a ganhar. As aulas iniciais compreendem o ensino das empunhaduras básicas e o aprendizado da trajetória que a peteca toma no ar. O swing envolve todos os golpes realizados na peteca a frente do corpo e que passem da rede, assim necessitando o deslocamento da criança para frente. O lançar e golpear trata do aprendizado de realizar batidas na peteca acima da cabeça e da noção espaço-temporal. Por fim, o aprender a ganhar envolve as noções táticas do esporte, como abrir espaço na quadra para finalizar (BWF, 2011). Durante todo o processo metodológico, princípios éticos, inerentes ao esporte estão presentes na metodologia do ensino e formação humana.

A SMEL poderá ainda, dentro dos recursos orçamentários, auxiliar nas despesas de transporte, alimentação, hospedagem, dos atletas em casos de convocação para seletivas estaduais e nacionais, e ainda, auxiliar para quando necessário nas despesas já citadas para eventos estaduais, nacionais e internacionais. A entidade poderá solicitar os ginásios de esportes para realizar eventos e competições, podendo explorar comercialmente o local (Bebidas, alimentos, ingressos, etc).

2.7 - CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL / QUALIFICAÇÃO EQUIPE TÉCNICA

O projeto conta com a participação de um corpo técnico de coordenação, professores e estagiários.

- Oldemar Mazzardo Jr.
 - Professor Doutor dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da UNIOESTE. Especialista em Desenvolvimento Motor infantil. Graduado em 1996 na UFPR e pós-graduado (Mestrado e Doutorado na Universidade de Pittsburgh-EUA). Ministrou disciplina de Ensino do badminton para escolares do ensino fundamental e médio para o curso de Licenciatura em Educação Física. Vice-secretário da Associação Rondonense de Badminton. Árbitro de Badminton federado pela BFP (Badminton Federação Paranaense).
- Gabriela Simone Harnisch
 - Professora Doutora dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da UNIOESTE. Especialista em Atividade Física Adaptada. Tem quatro anos de experiência na organização de competições de badminton e gestão da Associação Rondonense de Badminton.
- Alan Luiz Chapla
 - Graduado em Licenciatura em Educação Física em 2018. Cursando o último período de Educação Física Bacharelado. Tem 6 anos de experiência no ensino e treinamento de badminton em projetos do Colégio Estadual Eron Domingues, Cristo Rei, UNIOESTE e Projeto Badminton na escola via Secretaria de Educação. Coordenador geral de eventos esportivos municipais e estaduais de Badminton. Árbitro de Badminton federado pela BFP (Badminton Federação Paranaense).
- Ronaldo Adriano Schwaab
 - Graduado em Licenciatura em Educação Física em 2012. Graduado em Bacharelado em Educação Física em 2015. Possui 04 anos de experiência no ensino e treinamento de badminton em projetos do Colégio Cristo Rei e Projeto Badminton na escola via Secretaria de Educação.
- Estagiários:
 - Alunos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da UNIOESTE.



ASSOCIAÇÃO RONDONENSE DE BADMINTON - ARBAD

Rua Colombo nº 942 - Centro - Fone: 45 9 9962-4124

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

CEP 85960-000 - CNPJ nº 28.474.242/0001-36

e-mail: arbadmarechal@outlook.com

Utilidade Pública Municipal - Lei nº 4.546, de 28-05-2013

777

2.8 - RESULTADOS/PRODUTOS ESPERADOS/IMPACTOS PREVISTOS

A parceria com a gestão pública do município nos permite atender gratuitamente, em horário de contraturno escolar, crianças de escolas municipais, colégios estaduais e privados, jovens e adultos, além de toda comunidade que mora nos arredores, proporcionando assim a inclusão social, a democratização de acesso à prática esportiva, assim como reduzir o tempo ocioso dos alunos, mantendo-os longe das ruas e, conseqüentemente, do perigo das drogas.

Como principal impacto positivo direto, citamos a oportunidade de participar de uma modalidade esportiva que vem crescendo exponencialmente no município de Marechal Cândido Rondon, incentivando o interesse por um esporte em que os escolares terão a oportunidade de prática continuada, após o término dos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas municipais (Projeto Badminton na Escola) os alunos poderão continuar as atividades nos centros de prática de badminton existentes nos Colégios Estaduais Eron Domingues e Paulo Freire; nos colégios privados Cristo Rei e Martin Luther; além de um centro de treinamento de rendimento na UNIOESTE.

2.9 - DA ADMINISTRAÇÃO DA PARCERIA

O responsável pela parceria é a ARBAD e seus representantes legais.

Os critérios de avaliação do projeto serão o controle de frequências dos participantes e desempenho nas atividades. Também realizaremos de dois a quatro festivais recreativo/competitivo de badminton no decorrer do ano. E ainda, esperamos participar das etapas regionais da Copa Oeste de Badminton, das Etapas do Circuito Paranaense de Badminton e ao menos em duas Etapas do Circuito Nacional de Badminton.

O projeto envolve dois lados, o recreativo/social e o de rendimento. Para este ano projetamos manter os projetos já existentes e citados acima, buscando melhorar a forma de atendimento aos alunos com instrução e materiais de qualidade. Além do mais, para ambos os projetos será necessário aquisição de novas petecas, algumas raquetes e uniformes, mantendo assim a qualidade do material e serviço oferecido durante as aulas.

Gradativamente, o município tem se tornado um polo de desenvolvimento da modalidade no Estado do Paraná, visto que no ano de 2019, sediamos uma etapa do Circuito Paranaense de Badminton no Ginásio Ney Braga, evento este que continua sendo o segundo maior evento da modalidade no Estado do Paraná. No ano de 2021 com a volta das competições conquistamos excelentes resultados a nível regional, estadual e nacional, mostrando assim uma franca expansão da modalidade em nosso município.

Esperamos que nos próximos anos possamos ampliar ainda mais as nossas ações. Projetamos com a continuidade das ações desenvolvidas pela ARBAD no município, em breve aumentarmos de 30 a 50% a quantidade de praticantes de badminton no município de Marechal Cândido Rondon, fortalecendo ainda mais o Badminton em nossa cidade.

**ASSOCIAÇÃO RONDONENSE DE BADMINTON - ARBAD**

Rua Colombo nº 942 - Centro - Fone: 45 9 9962-4124

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

CEP 85960-000 - CNPJ nº 28.474.242/0001-36

e-mail: arbadmarechal@outlook.com

Utilidade Pública Municipal - Lei nº 4.546, de 28-05-2013

778

4 - METAS E ETAPAS

META 1 ETAPA 1.1	METAS E ETAPAS		VALOR	DATA INICIAL	DATA FINAL
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serão ministradas aulas de Badminton no Colégio Estadual Eron Domingues, sendo turmas mistas de 06º ano fundamental ao 3º médio.	Pessoas	20	R\$ 440,00	R\$ 8.800,00
2	Serão ministradas aulas de Badminton no Colégio Estadual Paulo Freire, sendo turmas mistas de 06º ano fundamental ao 09º ano fundamental.	Pessoas	20	R\$ 440,00	R\$ 8.800,00
3	Serão ministradas aulas de Badminton no Colégio Cristo Rei, sendo turmas mistas, 02º ano infantil até adultos de 50 anos.	Pessoas	20	R\$ 440,00	R\$ 8.800,00
4	Serão ministradas aulas de Badminton no Colégio Martin Luther, sendo turmas mistas de 06º ano fundamental ao 09º ano fundamental.	Pessoas	20	R\$ 440,00	R\$ 8.800,00
5	Serão realizados treinamentos de Badminton na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Sendo turma mista de Rendimento.	Pessoas	20	R\$ 440,00	R\$ 8.800,00
TOTAL	Polos de atendimento: 05	Pessoas	100	R\$ 44.000,00	R\$ 44.000,00

CRONOGRAMA FÍSICO

CRONOGRAMA DE ACORDO COM AS METAS E ETAPAS	VALOR	DATA INICIAL	DATA FINAL
META 1	R\$ 44.000,00	04/2022	01/2023
SUB TOTAL META 1			
VALOR METAS			
VALOR GLOBAL			

**ASSOCIAÇÃO RONDONENSE DE BADMINTON – ARBAD**

Rua Colombo nº 942 – Centro – Fone: 45 9 9962-4124

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

CEP 85960-000 – CNPJ nº 28.474.242/0001-36

e-mail: arbadmarechal@outlook.com

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 4.546, de 28-05-2013

779

5 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
REPASSE	TOTAL
Janeiro/2022	-
Fevereiro/2022	-
Março/2022	-
Abril/2022	R\$ 18.000,00
Maio/2022	R\$ 8.000,00
Junho/2022	-
Julho /2022	R\$ 10.000,00
Agosto/2022	-
Setembro/2022	-
Outubro/2022	R\$ 8.000,00
Novembro/2022	-
Dezembro/2022	-
SOMA	R\$ 44.000,00

6 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS				
1. DESCRIÇÃO DAS DESPESAS		2. RECURSO DA PARCERIA	3. CONTRAPARTIDA	4. META/ETAPA
3.3.90.30	Material de consumo			
	14 – Material educativo e esportivo	R\$ 5.500,00	Mão-de-obra própria	Aplicável a todos itens da meta 1.
3.3.90.39	Prestação de Serviços de Terceiros			
	41 – Fornecimento de alimentação	R\$ 13.800,00	Mão-de-obra própria	Aplicável a todos itens da meta 1.
3.3.90.39	Prestação de Serviços de Terceiros			
	80 – Hospedagem	R\$ 17.500,00	Mão-de-obra própria	Aplicável a todos itens da meta 1.
3.3.90.39	Prestação de Serviços de Terceiros			
	99 – Outros serviços Pessoa jurídica	R\$ 2.000,00	Mão-de-obra própria	Aplicável a todos itens da meta 1.
3.3.90.30	Uniformes			
	23- Uniformes, tecidos e aviamentos.	R\$ 5.200,00	Mão-de-obra própria	Aplicável a todos itens da meta 1.
TOTAL GERAL		R\$ 44.000,00	R\$ 0,00	



7 – DOS PRAZOS

O prazo de execução e de vigência da parceria iniciarão na data de publicação no Diário Oficial do Município e encerrarão respectivamente em 31/01/2023 e 02/03/2023.	
As contas serão prestadas em:	
☐ () parcela única	☒ (X) parcelas parciais (de acordo com o cronograma de desembolso).
Prazos de análise da prestação de contas pela administração pública responsável pela parceria:	
Parcela única: até 90 dias a partir da data de entrega.	
Parcelas parciais (de acordo com o cronograma de desembolso): até 60 dias a partir da data de entrega.	
Prestação de contas final: até 90 dias a partir da data de entrega.	

1 Obs.: Os prazos para a entrega da prestação de contas deve obedecer ao disposto no Manual de Prestação de Contas.

2 Obs.: independente da prestação de contas ser em parcela única ou parciais, a prestação de contas final deverá ser apresentada ao findar da parceria, conforme os termos dispostos no Manual de Prestação de Contas.

8 – RESPONSÁVEL PELA PARCERIA

Pessoa responsável pela parceria dentro da organização		
Nome: Valtenci Tosta das Neves		
CPF : 81623810906		RG: 577441189 SSP/PR
Telefone	Celular (45) 9 9974-0007	E-mail
Cargo Presidente	Eleito em 06 de julho 2021	Vencimento do Mandato 05 de julho de 2023

09 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal desta organização, declaro, para fins de prova junto ao Município de Marechal Cândido Rondon, Pr, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Federal ou Estadual, que impeça a celebração da parceria, na forma deste Plano de Trabalho.
Local e Data Marechal Cândido Rondon, 28 de fevereiro de 2022.
Nome e assinatura do responsável pela organização  Valtenci Tosta das Neves



ASSOCIAÇÃO RONDONENSE DE BADMINTON - ARBAD

Rua Colombo nº 942 – Centro – Fone: 45 9 9962-4124

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

CEP 85960-000 – CNPJ nº 28.474.242/0001-36

e-mail: arbadmarechal@outlook.com

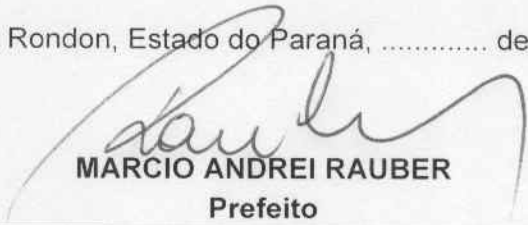
Utilidade Pública Municipal – Lei nº 4.546, de 28-05-2013

781

10 – APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Aprovado de acordo com exigências contidas na Lei federal nº 13.019/2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 062/2017, na Resolução nº 28/2011 e na Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do TCE-PR.

Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, de de 20


MARCIO ANDREI RAUBER

Prefeito